



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa Nacional de Moçambique

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Ministérios do Plano e Finanças e da Indústria, Comércio e Turismo:

Diploma Ministerial n.º 89/99:

Dispensa as formalidades do registo de importador, no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, a importação de bens que se destinem exclusivamente a uso próprio, por pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, residentes em Moçambique.

Ministério das Obras Públicas e Habitação:

Diploma Ministerial n.º 90/99:

Cria o Conselho de Direcção de Água Rural.

MINISTÉRIOS DO PLANO E FINANÇAS E DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

Diploma Ministerial n.º 89/99

de 18 de Agosto

Constata-se que no Diploma Ministerial n.º 202/98, de 12 de Novembro, que aprova o Regulamento do operador do Comércio Externo, encontra-se omissa o tratamento a que devem estar sujeitas as importações de bens destinados ao uso próprio, das amostras sem valor comercial bem como das importações feitas pelas empresas de prestação de serviços.

Nestes termos, no uso das competências que lhe são conferidas por Lei, os Ministros do Plano e Finanças e da Indústria, Comércio e Turismo determinam:

Artigo 1 — 1. É dispensada das formalidades do registo de importador, no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, a importação de bens que se destinem exclusivamente a uso próprio, por pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, residentes em Moçambique.

2. O disposto no número anterior, é extensivo às empresas domiciliadas em Moçambique para a importação de amostras de artigos de propaganda e publicidade, sem valor comercial.

Art. 2. A importação de bens que se destinem à prossecução de actividades de prestação de serviços, segue o regime normal de inscrição e renovação de operadores do

comércio externo, definido pelo n.º 1 do artigo 4 do Diploma Ministerial n.º 202/98, de 12 de Novembro.

Art. 3. Os interessados nas importações referidas nos artigos anteriores, deverão submeter os respectivos pedidos aos serviços competentes das Alfândegas.

Art. 4. O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Maputo, 1 de Junho de 1999. — O Ministro do Plano e Finanças, *Tomaz Augusto Salomão*. — O Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, *Oldemiro Júlio Marques Baloi*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Diploma Ministerial n.º 90/99

de 18 de Agosto

A Política Nacional de Águas, aprovada pela Resolução n.º 7/95, de 8 de Agosto, estabelece que os novos princípios de gestão dos sistemas de abastecimento de água se devem alicerçar na real procura por parte dos utentes e no afastamento progressivo do Estado do papel de executor directo para o de promotor e regulador.

No abastecimento de água rural, esta nova abordagem requereu a aprovação de um Plano de Transição de Água Rural, a ser executado durante um certo período, e que inclui acções que suportam a introdução daqueles princípios.

Havendo que criar o quadro legal e institucional conveniente para a orientação, implementação e controlo do Plano de Transição de Água Rural, no uso das competências atribuídas pelo Decreto Presidencial n.º 8/95 de 26 de Dezembro, conjugado com o artigo 8 do Decreto n.º 4/81, de 10 de Junho e ouvido o Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural, determino:

Artigo 1 — 1. É criado o Conselho de Direcção de Água Rural com as seguintes atribuições:

- Dirigir a implementação do Plano de Transição de Água Rural e aprovar suas alterações e adaptações;
- Garantir a prestação de contas sobre a sua implementação pelos organismos executores;
- Promover a coordenação dos actores envolvidos;
- Promover e assegurar o financiamento das suas acções.

2. O Conselho de Direcção de Água Rural é presidido pelo Ministro das Obras Públicas e Habitação e tem a seguinte composição:

— Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural;

- Director Nacional de Águas;
- O chefe do DAR — Pronar;
- Membros da Comissão Directiva de Água Rural.

3. O Conselho de Direcção reúne trimestralmente e extraordinariamente sempre que o seu presidente o convocar.

Art. 2 — 1. É ainda criada com carácter temporário na Direcção Nacional de Águas, junto do chefe do Departamento de Água Rural — DAR, a Comissão Directiva do Plano de Transição de Água Rural, com as seguintes atribuições:

- a) Elaborar e promover execução dos planos de actividades para implementação do PTAR;
- b) Garantir a supervisão e monitoramento das actividades do Plano de Transição de Água Rural;
- c) Orientar e apoiar todos os processos de reorganização, capacitação do Departamento de Água Rural e a implementação das medidas institucionais previstas no Plano de Transição de Água Rural;

- d) Divulgar e promover a Política Nacional de Águas, e propor estratégias específicas de sua implementação no abastecimento de água rural;
- e) Manter regularmente informado o Director Nacional de Águas sobre os seus trabalhos.

2. A Comissão Directiva é presidida pelo chefe do Departamento de Água Rural da Direcção Nacional de Águas e compreende 2 técnicos designados pelo Ministro de Obras Públicas e Habitação, sob proposta do Director Nacional de Águas.

3. A Comissão Directiva do Plano de Transição de Água Rural reúne mensalmente e extraordinariamente sempre que o chefe do DAR o convocar.

4. A Comissão Directiva do Plano de Transição de Água Rural presta contas do seu trabalho ao Director Nacional de Águas, elaborando para o efeito um relatório trimestral.

Ministério das Obras Públicas e Habitação em Maputo, 28 de Julho de 1999. — O Ministro das Obras Públicas e Habitação, *Roberto Colin Costley-White*.